

BOLETIM INFORMATIVO

SESI

*Sindicato das Empresas
de Seguros Privados e de Capitalização
no Estado de São Paulo*

ANO XIV - São Paulo, 15 de outubro de 1981 - Suplemento ao Nº. 323



II CONGRESSO NACIONAL DE CORRETORES DE SEGUROS

A Diretoria do Sindicato das Seguradoras de São Paulo considerando o alto significado do II Congresso Nacional de Corretores de Seguros, realizado em São Paulo no período de 12 a 15 do corrente mês, resolveu editar este Suplemento que contém as palestras, conferências e pronunciamentos feitos durante o conclave.

No último dia do Congresso o plenário aprovou por unanimidade a CARTA DE SÃO PAULO que reproduzimos neste Suplemento, para conhecimento das empresas associadas.

SUPLEMENTO ESPECIAL



II CONGRESSO NACIONAL DE
CORRETORES DE SEGUROS

DIA 12-10-81 (2a. feira)

20:00h - Sessão solene de abertura

DISCURSO PRONUNCIADO PELO DR. ERNESTO ALBRECHT,
PRESIDENTE DO IRB COMO REPRESENTANTE DO
SR. MINISTRO DA FAZENDA DR. ERNANE GALVÊAS

Não fossem as imposições e contingências da função pública, que o obrigaram a refazer sua agenda de atividades, o Exmo. Sr. Ministro da Fazenda agora estaria aqui, abrindo pessoalmente os trabalhos deste Congresso. Mas, por não poder fazê-lo, incumbiu-me de trazer-lhes suas escusas — e de saudá-los.

Em mensagem prévia, dirigida através da revista "A Previdência", o Sr. Ministro realçou as elevadas responsabilidades que tem a classe dos corretores, por seu engajamento nas relevantes funções econômicas e sociais do Seguro Privado. E por isso também manifestou sua certeza de que, deste Congresso, será recolhida valiosa contribuição para que o Seguro Privado supere seus problemas atuais.

Desses problemas, os mais prementes não constituem aflição exclusiva do mercado de seguros, porque decorrem do fenômeno macro-econômico da inflação. Um fenômeno que, no Brasil e fora dele, teve como caldo-de-cultura as consequências da crise energética e da transição econômica por ela instalada.

Essa, no entanto, é apenas mais uma forma de transição. Afinal de contas, a partir da Revolução Industrial multiplicaram-se rapidamente as inovações tecnológicas, acelerando o ritmo de mudanças nas estruturas de produção. E com isso o que se instalou foi uma espécie de economia da transitoriedade; uma economia que, depois de tornar cada vez menos duráveis os chamados bens-de-consumo duráveis, encontrou agora seu melhor símbolo nos chamados produtos descartáveis.

É claro que mudanças tecnológicas se irradiam da produção para os demais fatos econômicos, não raro implicando até mesmo readaptações de ordem institucional na economia. Para ficar em dois exemplos comumente mais à vista, podem ser citadas insti



2.

tuições como o supermercado, substituindo o armazém, e o "shopping-center", substituindo a dispersão do comércio varejista.

O Seguro Privado não ficaria à margem, alheio às transformações frequentes dessa economia da transitoriedade. E soube, com efeito, adaptar-se ao rodízio de situações novas. Evoluiu e modificou-se, sempre absorvendo e refletindo as variações do meio econômico e suas consequências sobre as atitudes do público segurado ou segurável.

A seguradora cativa; o corretor cativo; os planos de seguros "world-wide" da multinacional, gerando em alguns mercados a figura do segurado cativo; os clubes de P & I; o advento do "risk management"; tais são, entre outros, fenômenos que testemunham inevitáveis projeções (no mercado de seguros) de cambiantes circunstâncias e atitudes econômicas. E a essa lista certamente se pode acrescentar o fenômeno da diversificação das atividades bancárias, um quadro novo onde não faltam exemplos de inclusão de serviços relativos ao seguro.

Sobretudo nas economias mais avançadas, o banco comercial está sendo transformado em supermercado financeiro, cuja gama de "produtos" se amplia continuamente, na medida em que a própria evolução da economia gera a diversificação da demanda de serviços financeiros. Há mesmo notícia de instituições bancárias, no exterior, com departamentos especializados na prestação de serviços de engenharia financeira, englobando um pacote de "produtos" onde não pode causar estranheza a inclusão do seguro. Pois as grandes empresas seguradas, por exemplo, que internamente praticam a chamada "Gerência de Seguros", com o tempo acostumaram-se a tratar as questões dessa gerência sob a ótica da administração financeira.



3.

No Brasil, o banco comercial igualmente tem experimentado muitas transformações, a isso induzido pelas próprias mudanças ocorridas no ambiente econômico e financeiro do País. Na medida em que se reduziu espaço a sua função de supridor de crédito, esse banco foi naturalmente abrindo campo para outra função: a de prestador de serviços. E, nessa função, fez ele sua primeira incursão na área do seguro levado, aliás, por imposição de lei. O serviço de cobrança bancária, que (por sua eficiência) àquela altura já tanto se expandira nas práticas nacionais, foi estendido ao recebimento dos prêmios de seguros.

As economias — e, dentro delas, os mercados de seguros — sempre tiveram a sabedoria de converter a mudança e a inovação em fatores de progresso e desenvolvimento, se bem que por vezes a atitude inicial, em relação a algumas delas, tenha sido a de resistência ou de rejeição.

No Brasil, o Seguro Privado teve em realidade grande expansão, nos últimos anos. Mas esse ainda é um setor com largas perspectivas. Pois o fato é que, não obstante o avanço por ele realizado, a sua frente também caminhou, a largos passos, a economia nacional. De tal sorte que, ainda hoje, a relação entre o volume de prêmios do Seguro Privado e o do produto das atividades econômicas do País, mantém-se praticamente a mesma que era registrada muitos anos atrás.

Para a constância dessa relação, costuma-se explicar que a Previdência Social, arrecadando o equivalente a 5% do produto da economia, bloqueia os movimentos de expansão dos seguros de pessoas. Entretanto, no seu conjunto, os demais ramos operados pelo mercado segurador também pouco têm alterado, em muitos anos, sua relação percentual com aquele produto. E



4.

essa relação está abaixo de índices atingidos por mercados cujas economias, em termos de produto, nem sempre superam a brasileira. Essa é uma evidência estatística que testemunha existirem, em nosso universo econômico, muitos caminhos a ser percorridos pelo Seguro Privado.

Se existem esses caminhos novos, naturalmente o que importa — e até urge — é identificá-los e por eles fazer o Seguro andar para a frente. De outra forma, a instituição ficará estacionada onde até aqui chegou, pelos caminhos já percorridos.

Os senhores certamente acreditam, como eu, que há bastante procura latente no País para justificar o esforço, por exemplo, de levar os ramos elementares (excluídos seguros de pessoas) a um volume de prêmios da ordem pelo menos de 1,5% do PIB, em futuro próximo.

Esse é um esforço viável, necessário, que deve ser realizado, não só apesar da inflação, mas sobretudo por causa dela. Nesse esforço, cabe ao corretor — agente por excelência da comercialização do seguro — um papel fundamental. Papel que certamente tanto maior relevo alcançará quanto maior for o grau de eficiência dos serviços do corretor e da sua classe. Pois no setor terciário, como em qualquer outro, nada substitui ou supera a eficiência, que é a própria pedra-de-toque da economia de mercado.

Por suas qualificações profissionais, e por sua capacidade de promover o Seguro (provada ao longo da história dessa instituição), o corretor tem condições — e tem campo — para uma participação expressiva em tal esforço. Nesse sentido são os meus votos, como também no sentido de que tenha êxito este Congresso.

DIA 12-10-81 (2a. feira)

20:00h - Sessão solene de abertura



II CONGRESSO NACIONAL DE
CORRETORES DE SEGUROS

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. PAULO GYNER
B. CORRÊA, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO
NACIONAL DOS CORRETORES DE SEGUROS

Meus Caros Colegas

É muito honroso para mim, Presidente da Fenacor, que está patrocinando o II Congresso, sob a eficiente coordenação do Sindicato de São Paulo, dirigir-me ao seletto plenário, nesta sessão solene e no Dia Continental dos corretores de Seguros.

Os corretores de seguros ao apresentam suas reivindicações, por vêzes, se tornam repetitivos, mas isto é inevitável e decorre porque a situação, em si, exige.

É necessário que os participantes deste evento, particularmente os Corretores de Seguros, estejam conscientizados da importância que este II Congresso representará para o futuro de nossa classe.

A partir de 29 de dezembro de 1964, quando a Lei 4594, regulamentou a profissão de corretor de seguros, nossos e novos problemas foram se avolumando e aparecendo de tal forma que hoje, a comercialização de seguros, se encontra numa situação muito perigosa, principalmente em função da ingerência das entidades financeiras, das corretoras ditas cativas, além de outras que, embora juridicamente nada se possa constatar, exercem grande concorrência, subtraindo-nos substancial espaço.

A proliferação indiscriminada e abusiva da figura do preposto, é um outro grave problema, minorada recentemente pela resolução número 05 (cinco) do Conselho Nacional de Seguros Privados, que obriga ao preposto, após 02 (dois) anos de atividade, submeter-se a uma prova técnico-profissional na Funenseg - Fundação Escola Nacional de Seguros. Entretanto, tal resolução, não resolveu ainda o problema, porque os prepostos continuam recebendo credenciamento, inundando o Mercado de Seguros de elementos tecnicamente desqualificados e incapazes, constituindo-se assim nocivos à Instituição de Seguros, como um todo.

Tenho a maior satisfação em comunicar a este plenário, que se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados, o Projeto 4857/81, de autoria do eminente Deputado Célio Borja, que cria o Conselho Nacional dos Corretores de Seguros, de Capitalização e de Previdência Privada. A instituição do Conselho não irá beneficiar somente a nós corretores, como poderia parecer, mas indiscriminadamente a todo o universo de seguros do Brasil.

continua



II CONGRESSO NACIONAL DE CORRETORES DE SEGUROS

Eu, meus companheiros de diretoria da Fenacor e todos os diretores dos Sindicatos de Corretores de Seguros em todo o Brasil temos falado e escrito muito sobre o nosso Conselho. A idéia do Conselho deve se tornar uma determinação, uma meta fixa.

É importante que estejamos concentrados e coesos num só esforço, passando a dialogar com deputados e outros homens públicos de influência na política nacional, no sentido de aprovação do Projeto referido, mantendo, porém, vigilância aos problemas que nos afligem, dia a dia.

Tenho plena e fundadas esperanças que alcançaremos nossos objetivos. A Fenacor recebeu apoio da Fenaseg, através de ofício assinado pelo seu Presidente Clínio Silva.


Confiamos na mais completa e indispensável cooperação da Susep e do IRB, pela ampla visão, e elevado espírito de justiça de que são dotados os nossos prezados amigos Srs. Francisco de Assis Figueira e Ernest Albrecht, bem como dos seus excelentes assessores e colaboradores.

Recebemos também, adesão dos líderes de todos os partidos políticos e de centenas de parlamentares.

Sendo este congresso o diálogo é primordial que corretores e seguradores mantenham sempre cordial entendimento sem, contudo, perderem sua autenticidade e independência; não podemos nem devemos colocar-nos como adversários porque, afinal de contas, estamos no mesmo barco e rigorosamente um dependente do outro.

Os corretores de seguros têm todos os motivos, portanto, para acreditar no apoio maciço dos componentes do Sistema Nacional de Seguros Privados para a concretização do nosso Conselho, que será a luz indicadora da saída no fundo do túnel.

Tenho absoluta convicção que a hora é decisiva; estamos numa encruzilhada. A criação do Conselho Nacional dos Corretores de Seguros, de Capitalização e de Previdência Privada, será a redenção de nossa categoria profissional. Muito obrigado.


PAULO CYNER B. CORREA
Presidente

DIA 12-10-81 (2a. feira)
20:00h - Sessão solene de abertura



Texto do discurso de abertura do Presidente do II CONGRESSO NACIONAL DOS CORRETORES DE SEGUROS e Presidente em Exercício do Sindicato dos Corretores de Seguros e de Capitalização no Estado de São Paulo, Sr. Wolfgang S. Siebner.

Por honrosa delegação da Federação Nacional dos Corretores de Seguros, coube ao Sindicato dos Corretores de Seguros no Estado de São Paulo executar a decisão - do Congresso anterior, realizado no Rio, que determinou fosse S. Paulo sede deste segundo conclave nacional de Corretores de Seguros.

Este é o primeiro dos nossos congressos que se realiza com o seguro sob a égide do Ministério da Fazenda com o qual nos honramos de manter o melhor dos relacionamentos.- Aliás, o mesmo vale para todos os órgãos de cúpula que, direta ou indiretamente, estão ligados à nossa área de atuação.

Infelizmente, não foi possível ao Ministro Ernane Galvêas estar aqui conosco. Mas não podia ser melhor a nomeação de seu representante, na pessoa do Dr. Ernesto - Albrecht, a quem aqui cumprimentamos duplamente. Uma, como representante do senhor Ministro da Fazenda e, outra, como Presidente do Instituto de Resseguros do Brasil. E permitimo-nos mais, cumprimentá-lo ainda, dr. Albrecht, como um amigo pessoal e, sobremaneira, como amigo da classe dos Corretores de Seguros a cujos problemas se tem mostrado ser acessível e sensível.

Aliás, a presença do dr. Albrecht merece mais um reparo especial: ele acaba de voltar de uma viagem de serviço ao Marrocos, só não foi hoje ao Chile, em outra missão do IRB, para embarcar amanhã porque, independentemente de ter sido designado para - representar o senhor Ministro da Fazenda, fez questão de prestigiar, pessoalmente, a abertura deste Congresso.

Esta é a primeira vez que contamos com a honrosa presença do senhor Ministro do Trabalho, dr. Murillo Macedo, o que demonstra a importância que o governo do Presidente João Batista Figueiredo e em especial o senhor Ministro Murillo Macedo dá à vida sin



II CONGRESSO NACIONAL DE
CORRETORES DE SEGUROS

-2-

dical brasileira. Ao senhor Ministro do Trabalho, o nosso particular agradecimento.

Aliás, havia sido prevista a presença do senhor Presidente da República, gal. João Batista Figueiredo, na cerimônia de encerramento deste Congresso. Infelizmente o homem põe e Deus dispõe. - Porisso, sô nos cabe, deste lugar e de público, reiterar ao Presidente João Figueiredo os nossos votos para um pronto e completo restabelecimento.

Da Presidência da República, recebemos a respeito o seguinte telegrama:

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPUBLICA MUITO AGRADECE A ATENÇÃO DO CONVITE FORMULADO POR VOSSA SENHORIA PARA COMPARECER AO ENCERRAMENTO DO II CONGRESSO NACIONAL DOS CORRETORES DE SEGUROS A REALIZAR-SE EM SÃO PAULO, NO DIA 15 DE OUTUBRO E, LAMENTANDO NÃO PODER ESTAR PRESENTE À SOLENIDADE, INCUMBIU-ME ENVIAR A VOSSA SENHORIA E A TODOS OS PARTICIPANTES MENSAGEM DE CONGRATULAÇÕES PELA REALIZAÇÃO DESSE IMPORTANTE EVENTO. ATENCIOSAMENTE, CONSELHEIRO SYNESIO SAMPAIO GOES FILHO, CHEFE DO CERIMONIAL DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA.

Dizer que a nação brasileira vive um momento delicado, principalmente em seu aspecto social e econômico, é falar do óbvio. Dizer que o mercado segurador brasileiro está numa grave encruzilhada é dizer pouco. E, exatamente porisso, queremos deixar claro que a classe dos Corretores de Seguros não pretende que outros lhe tirem as castanhas do fogo. Como cidadãos que somos, co-responsáveis pelos destinos do país, entendemos caber-nos o dever e a obrigação de não sermos mais um reclamante passivo e, sim, levantar e apontar às autoridades competentes os problemas não só da classe mas do mercado do qual somos um dos segmentos; subsidiando o governo também com sugestões práticas de como enfrentá-los visando a sua solução.



II CONGRESSO NACIONAL DE
CORRETORES DE SEGUROS

-3-

Não será exagero dizer que este Congresso inicia-se sob a maior das expectativas de todos quantos participam do mercado segurador, ativa ou passivamente e nisto fazemos menção especial ao consumidor final que é o segurado e em função de quem todos nós devemos nos esforçar.

Este pretende ser um Congresso menos de discussão de teses e mais um conclave de diálogo franco, aberto e desarmado entre todos os segmentos que comõe o mercado segurador brasileiro.

E há muito sobre o que dialogar:

- os graves problemas gerados pela entrada dos Bancos no seguro;
- a proliferação de corretoras cativas;
- a falta de revisão tarifária já que as tarifas de seguro brasileiras são das mais onerosas do mundo e estacionárias, há dezenas de anos;
- a indiscriminada proliferação de prepostos de Corretores;
- a falta de participação dos Corretores de Seguros no Conselho Nacional de Seguros Privados e de Capitalização; participação essa que deveria ser paritária com a dos seguradores;
- a maior qualificação profissional e técnica imprescindível ao Corretor de Seguros que não pretenda ser um simples intermediário mas, sim, aquilo que realmente deve ser ou seja, um administrador dos problemas de seguro do seu cliente;
- a criação do Conselho Federal de Corretores de Seguros;
- a instalação de cursos para formação de profissionais do seguro, em nível universitário.

Enfim, poderia-se continuar ad-infinitum, pois estes são só uma parcela dos problemas que hoje preocupam os Corretores de Seguros brasileiros.



II CONGRESSO NACIONAL DE
CORRETORES DE SEGUROS

-4-

Existem distorções muito sérias neste mercado que datam de longe. O seguro, no Brasil, foi, durante longos anos, órfão de pai e mãe. Era uma planta que se desenvolvia ou deixava de desenvolver-se por si sem que jamais governo algum o tomasse a sério como deveria, notadamente em razão de sua função social.

Neste governo e, em especial nestes últimos meses, temos entido em todas as áreas federais e, principalmente no Ministério da Fazenda e por sua delegação em sua Coordenadoria Econômica, um interesse muito sério pelos problemas do sistema segurador nacional que jamais sentimos antes. É sob este alento promissor que realizaremos este se-
gundo Congresso Nacional dos Corretores de Seguros.

WSS/amfm.
12-10-81



DIA 14-10-81 (4a. feira)

11:00h - Conferência Dr. Francisco de Assis
Figueira (SUSEP)

Tema: "PANORAMA DO MERCADO SEGURADOR"

É com imensa satisfação que estamos participando deste II Congresso Nacional de Corretores de Seguros, cuja importância bem se retrata no elevado número de participantes, todos interessados nos trabalhos apresentados, objetos de estudo e debates nos grupos de trabalho organizados.

Menos que uma conferência, o que pretendemos fazer aqui e agora é uma troca de ideias e ponderações sobre os mercados em que atuam os corretores de seguros, isto é: o de seguros, o da previdência privada aberta e o de capitalização.

O primeiro desses mercados citados, o de seguros em geral, vem obtendo, após o seu saneamento em 1972, expressivo desenvolvimento de suas operações, resultante do eficiente trabalho integrado, realizado e em realização pelo Governo, pelas Sociedades Seguradoras, pelos Corretores e pelos Segurados.

Não obstante as dificuldades por que passa a economia do País, o mercado segurador vem tendo desempenho bastante promissor neste ano de 1981, em cujo primeiro semestre arrecadou a vultosa importância de Cr\$ 87.800.000, em prêmios de seguros diretos, sobressaindo-se os ramos incêndio (Cr\$ 21 bilhões), automóveis (Cr\$ 12 bilhões) e vida (Cr\$ 13 bilhões).

O resultado do semestre foi positivo em Cr\$ 20 bilhões, atingindo o patrimônio líquido o valor de Cr\$ 77 bilhões.

Numéricamente, o mercado segurador está assim constituído:

Sociedades Seguradoras que operam em ramos elementares e vida	45
Sociedades Seguradoras que operam apenas em ramos elementares	48
Sociedade Seguradora que opera apenas em ramo vida ...	1
	<hr/>
	94

O número de seguradoras que operam em "ramos elementares e vida" deverá ser proximoamente aumentado, face à recente decisão do CNSP, permitindo que as seguradoras de capital total e genuinamente nacional e que ainda não operam no seguro vida possam vir a fazê-lo, observadas as condições da Resolução nº 09 /81.



Outro dado numérico importante do mercado segurador é o da quantidade de suas Representações, que evoluíram de 478, em 1970, para 2.413 em 1980, sendo:

Sucursais no país	1.205
Sucursais no exterior	10
Agências	68
Filiais	170
Representações	52
Inspetoria de Produção	908
	<u>2.413</u>

No tocante ao mercado de Capitalização, temos no momento 8 sociedades em funcionamento, esperando-se, porém, substancial incremento dessa atividade, após a aprovação pelos órgãos competentes de sua disciplina regulamentar, ora em fase de elaboração por grupo de trabalho, em funcionamento na SUSEP.

Relativamente ao mercado da previdência privada aberta, foi ele instituído pela Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, regulamentada pelo Decreto nº 81.402, de 23 de fevereiro de 1978.

As providências mais concretas para implantação desse mercado tiveram início em junho de 1979, com a edição da Resolução nº 07/79, do Conselho Nacional de Seguros Privados, seguida pela publicação da Circular nº 00/79, da SUSEP, divulgadora do "Manual de Previdência Privada Aberta, que consolidou e manualizou as normas legais e regulamentares desse mercado.

A partir daí, deparou-se a SUSEP com trabalho de alta complexidade, pois, apesar do número de entidades que se apresentaram buscando regularização ter ficado aquém da expectativa (falava-se em 300/400 entidades) o estudo da situação de cada uma delas requereu muita atenção e cuidado, em vista da responsabilidade do Governo na implantação desse mercado, cuja confiabilidade só poderia ocorrer se as aprovações não deixassem dúvidas quanto ao respeito dos direitos dos participantes/contribuintes dos planos de benefícios.

Além das entidades da espécie já existentes e que apresentaram processos de regularização (98), várias seguradoras pediram, de acordo com o que faculta a Lei, autorização para operarem na modalidade, bem como novas empresas se organizaram com a mesma finalidade.



Assim, no momento, temos nesse mercado a seguinte situação numérica:

<u>Entidades com carta patente autorizativas de comercialização de planos de benefícios.</u>		
Sem fins lucrativos		57
<u>Com fins Lucrativos</u>		
Seguradora	6	
Novas empresas	<u>4</u>	<u>10</u>
		67
<u>Entidades aprovadas pela SUSEP e pelo CNSP, aguardando Portaria Ministerial e/ou carta-patente.</u>		
Sem fins lucrativos		9
<u>Com fins lucrativos</u>		
Seguradoras	8	
Novas empresas	<u>4</u>	<u>12</u>
		21
<u>Entidades cujos processos se encontram em estudo na SUSEP.</u>		
Sem fins lucrativos		5
<u>Com fins lucrativos</u>		
Seguradoras	2	
Novas empresas	<u>6</u>	<u>8</u>
		13
<u>Entidades cujos processos foram indeferidos</u>		
Sem fins lucrativos		24
<u>Entidades em regime de liquidação extrajudicial.</u>		
Sem fins lucrativos		<u>4</u>
TOTAL		129

Integrado nos mercados de seguro, de capitalização e de previdência privada aberta, temos o "Corretor de Seguros" que, pelos dados existentes na SUSEP e pelas informações colhidas junto às empresas, atingiam \surd expressivo número de integrantes, assim discriminados:



Corretores de "Ramos Elementares"

Pessoas físicas	12.289
Pessoas jurídicas	<u>2.188</u>
	14.477
Prepostos	<u>25.899</u>
	40.376
Corretores "Ramo Vida"	29.978
Corretores de Capitalização	29.362
Corretores de Previdência Privada..	<u>1.578</u>
TOTAL ...	101.294

Diz a lei que o corretor de seguros é o intermediário legalmente autorizado a angariar e promover contratos da espécie, entre sociedades seguradoras e segurados. Segundo os dicionários, angariar é atrair a si, obter, alcançar, granjear; promover é diligenciar, provocar a realização de alguma coisa, impulsionar, trabalhar a favor. Bastaria a simples conscientização disso para que se veja na figura do corretor o elemento importante que participa da grandeza do mercado, esclarecendo dúvidas, ativando negócios, facilitando entendimentos, ajustando interesses.

Se considerarmos, além disso, a natureza dos contratos que o corretor intermedia, veremos com crescente respeito, porque a mercadoria por ele agenciada é das mais nobres e das menos materiais, traduzindo-se em garantias de tranquilidade e segurança.

Em razão disso, sua profissão exige conhecimentos especiais, habilitação técnica e elevadas qualidades éticas, indispensáveis ao correto exercício de suas delicadas atribuições.

Espelando essa realidade, as normas legais exigem do corretor que satisfaça severas condições para habilitar-se ao trabalho, contemplando-o, em contrapartida, com o privilégio da exclusividade em suas atividades de intermediação.

É justo e natural que seja assim, pois, numa área comercial que se funda essencialmente na confiança, o corretor é chamado a desempenhar um papel muito mais significativo do que o de mero promotor de transações. Ele precisa ser, antes de tudo, um entendedor técnico de respeito e um conselheiro confiável, um procurador ativo e honesto de alheios interesses.



Assim também o corretor de planos previdenciários e o corretor de títulos de capitalização. A SUSEP os vê, a todos, como respeitáveis agentes do progresso, em cuja ação repousa muito daquilo que vem a ser, no conjunto - dos fatores, o conceito do mercado na confiabilidade do público.

Após a realização do I Congresso Nacional dos Corretores de Seguros, em 1978, medidas importantes foram adotadas pelo CNSP e pela SUSEP, destacando-se:

Edição da Resolução nº 05/79, de 06.03.79, que suspendeu a concessão automática do Título de Habilitação Profissional de Corretor de Seguros (ramos elementares), a PREPOSTOS que não apresentassem prova de habilitação-técnico-profissional. Tal prova consistiria na apresentação, pelo interessado, de diploma ou certificado de aprovação em prova de capacitação técnico-profissional ou em curso regular de habilitação de corretores de seguros, passado pela FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE SEGUROS - FUNENSEG ou estabelecimento de ensino por ela autorizado.

Resolução nº 10/79, de 14.08.79, que dando nova redação à Resolução nº 05/79, concedeu ao PREPOSTO que completara dois anos de exercício até 20.03.79 (inclusive), o prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação da Resolução, para requerer o Título de Habilitação Profissional do Corretor de Seguros, sem a exigência da apresentação de prova de capacidade técnico-profissional.

Dispensa de certidões - No intuito de imprimir mais rapidez ao processo de habilitação de corretor de seguros e, ao mesmo tempo torná-lo menos dispendioso para o candidato, a SUSEP devidamente estribada na Lei nº 6.868, de 3.12.80, aboliu as onerosas certidões negativas de crime e falência. Para substituir tais certidões foi concebido um modelo de "declaração" a ser firmada pelo requerente, onde este declara, sob as penas da lei, que não é falido nem possui antecedentes criminais relativos a determinados artigos do Código Penal.

Corretores de Planos Previdenciários - A SUSEP baixou a Circular nº 52, de 22.09.80, que regula a inscrição de Corretor de Planos Previdenciários das entidades autorizadas a operar em previdência privada aberta. Este diploma normativo tem merecido generosos encômios do mercado previdenciário, pelo sentido de concisão e objetividade nele presente.



É certo que existem ainda problemas graves para os quais não se encontrou, por enquanto, solução definitiva, mas sobre eles nossa atenção e preocupação estão sempre presentes.

A existência de problemas e dificuldades não impede, porém, o ^{brilantismo} e a eficiência que os 100 mil corretores de seguros, ramos elementares e vida, de capitalização e de previdência privada aberta, regularmente inscritos na SUSEP vem realizando com extraordinário proveito. No ano passado, o total líquido de comissões, assinalados pelas sociedades seguradoras, foi superior a 17 bilhões de cruzeiros, número realmente grandioso, cuja eloquência fala por si mesma. Se levarmos em conta que no primeiro semestre de 1981 o volume de prêmios do mercado segurador, dentro do País, cresceu nominalmente mais de 80%, em relação a igual período do ano anterior, podemos esperar que o total líquido de comissões, no corrente exercício, venha a aproximar-se dos 30 bilhões de cruzeiros, com maior grau de expressividade nos ramos incêndio, vida, automóveis e transportes.

Merecem, além disso, especial registro os notáveis índices de crescimento que se vem verificando nos mercados de previdência privada aberta e de capitalização, que representam áreas de renovado poder de agenciamento de negócios, propiciando aos corretores preciosas oportunidades de ação profissional remunerada.

Estamos certos de que a continuidade dos esforços conjuntos, que as autoridades governamentais e os profissionais da Iniciativa Privada vêm desenvolvendo, levará à constante melhoria das relações entre as sociedades, os corretores e os segurados, no interesse de toda a coletividade, para que os mercados nacionais de seguros, de capitalização e de previdência privada aberta não cessem de aprimorar-se.

Almejando que o êxito deste Congresso seja maiúsculo e permanente, a todos entregamos as nossas melhores saudações.



II CONGRESSO NACIONAL DE CORRETORES DE SEGUROS

DIA 15-10-81 (5a. feira)

10:00h - Conferência Dr. Antonio Chagas Meireles, Diretor de Operações bancárias do Banco Central do Brasil, representando o Dr. Carlos Geraldo Langoni

Tema: "EVOLUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO"

SENHORES CONGRESSISTAS

TRAGO A PALAVRA DO PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL, PROFESSOR CARLOS GERALDO LANGONI, QUE, IMPOSSIBILIDADADO, POR MOTIVOS DE ESTADO, DESIGNOU-ME PARA REPRESENTÁ-LO.

A EVOLUÇÃO APRESENTADA PELO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL NAS DUAS ÚLTIMAS DECADAS ULTRAPASSOU EM MUITO AS PREVISÕES MAIS OTIMISTAS.

TAL COMPORTAMENTO REFLETIU NÃO SÓ O ELEVADO RITMO DE CRESCIMENTO DA ATIVIDADE ECONÔMICA DO PAÍS E SUA TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL, MAS TAMBÉM DECORREU DE MEDIDAS INSTITUCIONAIS INTRODUZIDAS COM O OBJETIVO DE ESTIMULAR A FORMAÇÃO DE POUPANÇAS E APRIMORAR O SEU PROCESSO DE CANALIZAÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DE NOVOS INVESTIMENTOS.

NO CAMPO INSTITUCIONAL, TRÊS MARCOS BÁSICOS DEVEM SER CITADOS:

- 1) A LEI DE REFORMA BANCÁRIA, DE DEZEMBRO DE 1964, QUE CRIOU O BANCO CENTRAL E O CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL E FIXOU AS REGRAS BÁSICAS PARA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS;
- 2) A LEI DO MERCADO DE CAPITAIS, DE JULHO DE 1965, QUE FIXOU AS BASES PARA O DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS BRASILEIRO;
- 3) A INTRODUÇÃO, TAMBÉM EM JULHO DE 1965, DO SISTEMA DE CORREÇÃO MONETÁRIA QUE PERMITIU A CONVIVÊNCIA DA ATIVIDADE ECONÔMICA E DO PROCESSO DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA COM A INFLAÇÃO.

NO PERÍODO DE 1965 A 1980, O PRODUTO INTERNO BRUTO BRASILEIRO CRESCEU, EM TERMOS REAIS, 236,3%, REFLETINDO O EXCELENTE DESEMPENHO DA ECONOMIA NACIONAL. CONCOMITANTEMENTE, O VALOR DOS HAVERES FINANCEIROS EM CIRCULAÇÃO (PAPEL MOEDA EM PODER DO PÚBLICO, DEPÓSITOS À VISTA, DEPÓSITOS DE POUPANÇA, DEPÓSITOS A PRAZO FIXO, LETRAS DE CÂMBIO, LETRAS IMOBILIÁRIAS, TÍTULOS DAS DÍVIDAS PÚBLICAS FEDERAL, ESTADUAL



2.

E MUNICIPAL) EVOLUIU DE 382,9% SUPERANDO, PORTANTO, O CRESCIMENTO DA ECONOMIA.

A MAIOR TAXA RELATIVA DE EXPANSÃO DOS HAVERES FINANCEIROS É UM EXPRESSIVO INDICADOR DO DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA EM NOSSO PAÍS, ATRAVÉS DE UM MERCADO FINANCEIRO ORGANIZADO, E DO AUMENTO DA TAXA DE POUPANÇA.

O AMADURECIMENTO DO MERCADO FINANCEIRO TAMBÉM PODE SER CONSTATADO PELA DIVERSIFICAÇÃO DOS ATIVOS FINANCEIROS, NOS QUAIS SE OBSERVA A CRESCENTE PARTICIPAÇÃO DOS HAVERES NÃO MONETÁRIOS (DEPÓSITOS DE POUPANÇA, DEPÓSITOS A PRAZO FIXO, LETRAS DE CÂMBIO, LETRAS IMOBILIÁRIAS E TÍTULOS DAS DIVIDAS PÚBLICAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL) EM RELAÇÃO AOS HAVERES MONETÁRIOS (PAPEL MOEDA EM PODER DO PÚBLICO E DEPÓSITOS À VISTA NO BANCO DO BRASIL, BANCOS COMERCIAIS E CAIXAS ECONÔMICAS). EM 1965, OS HAVERES MONETÁRIOS REPRESENTAVAM 87,1% DO TOTAL DOS HAVERES FINANCEIROS EM CIRCULAÇÃO E OS NÃO MONETÁRIOS APENAS 12,9%. EM 1980, AS POSIÇÕES SE INVERTERAM, PASSANDO OS HAVERES MONETÁRIOS A REPRESENTAR APENAS 33,3% ENQUANTO OS NÃO MONETÁRIOS CRESCIAM PARA 66,7%.

A MELHOR PERFORMANCE RELATIVA DOS HAVERES NÃO MONETÁRIOS DEMONSTRA O ACERTO DA POLÍTICA DE CRIAÇÃO DE PAPÉIS INDEXADOS E DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CAPACITADAS A OPERAR COM CRÉDITOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS.

PARI PASSU COM O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL, OBSERVOU-SE ACENTUADO PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO ENTRE OS BANCOS COMERCIAIS, EM BOA PARTE ESTIMULADA PELA PRÓPRIA ORIENTAÇÃO DO GOVERNO.

AS SEGUINTE VANTAGENS DE ESCALA ESTÃO ASSOCIADAS À FORMAÇÃO DE MAIORES BANCOS COMERCIAIS:



3.

- A) AUMENTO DA EFICIÊNCIA OPERACIONAL, COMO CONSEQUÊNCIA DO DESEMPENHO REPETITIVO DE TAREFAS PADRONIZADAS OU ESPECIALIZADAS;
- B) MELHOR APROVEITAMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA;
- C) APROVEITAMENTO MAIS RACIONAL DO EQUIPAMENTO INDIVISÍVEL.

OS NOVOS BANCOS QUE RESULTARAM DOS PROCESSOS DE FUSÃO E/OU INCORPORAÇÃO COLHERAM SUBSTANCIAIS ECONOMIAS DE ESCALA ATRAVÉS DA INTEGRAÇÃO DE SUAS ATIVIDADES-MEIO, ISTO É, DOS SERVIÇOS QUE SERVEM DE APOIO ÀS ATIVIDADES-FIM DO BANCO: CAPTAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS. A INTEGRAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS BUROCRÁTICOS E ESPECIALIZADOS PERMITIU A UTILIZAÇÃO COMUM DA CONTABILIDADE, TESOURARIA, ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL, MATERIAL, PESQUISA ECONÔMICA, PUBLICIDADE, ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS ETC, COM UM ÚNICO CORPO DE PESSOAL, AUMENTANDO A PRODUTIVIDADE E REDUZINDO OS CUSTOS OPERACIONAIS DOS BANCOS QUE A PUSERAM EM PRÁTICA.

A CONCORRÊNCIA DOS INTERMEDIÁRIOS NÃO BANCÁRIOS, CRIADOS NO PERÍODO PÓS-REVOLUCIONÁRIO, DOTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS COM CORREÇÃO MONETÁRIA E POSSUIDORES DE UMA ESTRUTURA OPERACIONAL MAIS LEVE, LEVOU OS BANCOS A ADQUIRIREM O CONTROLE ACIONÁRIO DESSAS INSTITUIÇÕES, DANDO INÍCIO AO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS "CONGLOMERADOS FINANCEIROS".

AS VANTAGENS RESULTANTES DO BANCO COMERCIAL TORNAR-SE A "MATRIZ" DO CONGLOMERADO FINANCEIRO PASSARAM A SE FAZER SENTIR ATRAVÉS DA APLICAÇÃO E CAPTAÇÃO INTEGRADA DE RECURSOS. O USO COMBINADO DE RECURSOS DAS DIFERENTES INSTITUIÇÕES DO GRUPO PERMITIU UMA MELHOR REMUNERAÇÃO DO CAPITAL INVESTIDO NA ATIVIDADE FINANCEIRA, MENORES CUSTOS PARA O TOMADOR DE EMPRÉSTIMOS E MELHOR REMUNERAÇÃO PARA O POUPADOR.



4.

EM RESUMO, PODEMOS DIZER QUE O PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO E O SURGIMENTO DE CONGLOMERADOS FINANCEIROS VIERAM DOTAR O PAÍS DE INSTITUIÇÕES NACIONAIS COM SOLIDEZ E PORTE COMPATÍVEIS COM AS NOVAS DIMENSÕES DA ECONOMIA BRASILEIRA, BEM COMO DOTÁ-LAS DE ESTRUTURA ADEQUADA PARA ATUAREM NO EXTERIOR.

COM EFEITO, AO FINAL DE 1980 JÁ POSSUÍAMOS 90 DEPENDÊNCIAS BANCÁRIAS NO EXTERIOR, CONTRA APENAS 10 EM 1970. A PARTICIPAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO NO COMÉRCIO EXTERIOR TEM COLABORADO SOBREMANEIRA PARA A AMPLIAÇÃO DE NOSSAS EXPORTAÇÕES, ATRAVÉS DO FINANCIAMENTO DO IMPORTADOR ALIENÍGENA E DO EXPORTADOR NACIONAL. ALÉM DE CONTRIBUIR COM A BALANÇA COMERCIAL DO PAÍS, AS NOSSAS DEPENDÊNCIAS BANCÁRIAS NO EXTERIOR TÊM ATUADO DECISIVAMENTE NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS NECESSÁRIOS AO EQUILÍBRIO DE NOSSO BALANÇO DE PAGAMENTOS.

MAS O SISTEMA BANCÁRIO, REFLETINDO UMA TENDÊNCIA NATURAL E RESPONDENDO AOS ESTÍMULOS DA POLÍTICA GOVERNAMENTAL, TAMBÉM EXPANDIU SUA REDE DE AGÊNCIAS PELO INTERIOR DO TERRITÓRIO NACIONAL, ELEVANDO NO PERÍODO 1970/80, DE 7.939 PARA 11.362, A QUANTIDADE DE AGÊNCIAS INSTALADAS E DE 1.695, EM 1970, PARA 3.321, EM 1980, O NÚMERO DE MUNICÍPIOS ASSISTIDOS, SIGNIFICANDO QUE 82,7% DE TODOS OS MUNICÍPIOS BRASILEIROS JÁ POSSUEM HOJE PELO MENOS UMA AGÊNCIA BANCÁRIA.

A ATUAL ETAPA DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL TEM SE CARACTERIZADO PELA ATUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO PRESIDENTE CARLOS LANGONI NO SENTIDO DE UM CONTÍNUO APERFEIÇOAMENTO DA ATIVIDADE DOS BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.

A PARTIR DO RECONHECIMENTO DO PAPEL ESSENCIAL DESEMPENHADO PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE PEQUENO E MÉ-



5.

DIO PORTE, UM DOS OBJETIVOS BÁSICOS TEM SIDO O ESTÍMULO AO FORTALECIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DESSAS INSTITUIÇÕES, COM VISTAS A ASSEGURAR UM SAUDÁVEL SISTEMA DE COMPETITIVIDADE NO MERCADO FINANCEIRO, DESESTIMULANDO COMPORTAMENTOS MONOPOLISTAS OU OLIGOPOLISTAS. ALGUMAS MEDIDAS NESSE SENTIDO TÊM SIDO ADOTADAS, COMO A REDUÇÃO DOS RECOLHIMENTOS COMPULSÓRIOS DOS BANCOS PEQUENOS E O INCENTIVO AO SEU FORTALECIMENTO POR MEIO DA NOVA POLÍTICA DE ABERTURA DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS.

NA MESMA LINHA DE PREOCUPAÇÃO, O BANCO CENTRAL VEM EXECUTANDO POLÍTICA DE ESTÍMULO À REGIONALIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS, PROCURANDO FACILITAR A FORMAÇÃO DE REDES DE AGÊNCIAS VOLTADAS PREFERENCIALMENTE PARA O ATENDIMENTO A REGIÕES ESPECÍFICAS E APROVEITANDO AS VANTAGENS COMPARATIVAS QUE POSSUEM ALGUMAS INSTITUIÇÕES EM DETERMINADAS ÁREAS GEOGRÁFICAS. ESSE ESTÍMULO CONSUBSTANCIOU-SE EM BENEFÍCIOS CRIADOS POR PROGRAMA ESPECIAL DE CONCESSÃO DE CARTAS-PATENTES PARA ABERTURA DE NOVAS DEPENDÊNCIAS E EM MEDIDAS DESTINADAS A PROPICIAR MAIOR CAPITALIZAÇÃO E CONSEQÜENTE FORTALECIMENTO DAS ESTRUTURAS FINANCEIRAS DOS BANCOS.

PARALELAMENTE AO DIRECIONAMENTO DA EXPANSÃO DA REDE BANCÁRIA PARA REGIÕES MENOS DESENVOLVIDAS, A ADMINISTRAÇÃO DO BANCO CENTRAL VEM PROCURANDO ASSEGURAR FLUXOS ESPECÍFICOS DE RECURSOS PARA ESSAS REGIÕES, INCLUSIVE, ESTABELECENDO TAXAS DE JUROS DIFERENCIADAS.

ALGUNS
DETECTANDO DISTORÇÃO PELA QUAL ESTABELECI-
MENTOS BANCÁRIOS CAPTAVAM RECURSOS EM REGIÕES MENOS DESENVOLVIDAS, APLICANDO-OS EM ÁREAS MAIS INDUSTRIALIZADAS, COM EVIDENTE PREJUÍZO PARA AQUELAS, O BANCO CENTRAL APERFEIÇOOU AS SISTEMÁTICAS INSTITUÍDAS PELAS RESOLUÇÕES 69 E 388 QUE FAVORECEM O PRODUTOR RURAL E AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS. ASSIM, ESTABELECEU-SE QUE OS RECURSOS DAQUELAS LINHAS DE CRÉDITO SEJAM OBRIGATORIAMENTE APLICADOS NA MESMA REGIÃO EM QUE FOREM



II CONGRESSO NACIONAL DE
CORRETORES DE SEGUROS

b.

CAPTADOS, MANTIDA A DIFERENCIAÇÃO DE TAXAS PARA AS REGIÕES MENOS FAVORECIDAS.

ADOTOU-SE, TAMBÉM, PERCENTUAIS DE RECOLHIMENTO COMPULSÓRIO MAIS REDUZIDOS PARA REGIÕES MENOS DESENVOLVIDAS DO PAÍS.

NA LINHA DE MANUTENÇÃO DE ADEQUADO APOIO CREDITÍCIO AOS COMPONENTES DE MENOR PORTE, O BANCO CENTRAL AMPLIOU O VOLUME GLOBAL DOS RECURSOS DIRIGIDOS PARA CAPITAL DE GIRO DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS PROCURANDO, TAMBÉM NESTE CASO, INCENTIVAR A PARTICIPAÇÃO DOS BANCOS PEQUENOS E MÉDIOS COM OS QUAIS AQUELAS EMPRESAS MANTÊM MAIOR AFINIDADE. OS BANCOS PEQUENOS E MÉDIOS PASSARAM A APLICAR 16% E 14%, RESPECTIVAMENTE, DOS SEUS DEPÓSITOS À VISTA NA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA ÀQUELAS EMPRESAS. TODOS OS BANCOS PASSARAM A DESTINAR PELO MENOS 1% DE SEUS DEPÓSITOS SUJEITOS A RECOLHIMENTO COMPULSÓRIO PARA AS MICROEMPRESAS. PROCUROU-SE ATOMIZAR TAIS RECURSOS PELA FIXAÇÃO DE TETOS MÁXIMOS DE EMPRÉSTIMO POR EMPRESA EM CADA BANCO, EVITANDO-SE A CONCENTRAÇÃO NAS FIRMAS DE MAIOR PORTE, DENTRO DO CONJUNTO DAS PEQUENAS E MÉDIAS, E PROIBINDO-SE O DEFERIMENTO DE EMPRÉSTIMOS A EMPRESAS CONTROLADAS POR GRANDES GRUPOS OU POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.

PERMITIU-SE, AINDA, A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DESTINADOS ÀS MICROEMPRESAS POR INTERMÉDIO DE OUTROS BANCOS COMERCIAIS OU DE BANCOS DE DESENVOLVIMENTO, QUANDO O BANCO NÃO TIVER CONDIÇÕES DE FAZÊ-LO DIRETAMENTE, BEM COMO OBRIGOU-



7.

-SE A QUE EVENTUAIS DEFICIÊNCIAS NA APLICAÇÃO A PEQUENAS E MÉDIAS SEJAM COMPENSADAS POR APLICAÇÃO A MICROEMPRESAS, NA MESMA REGIÃO.

NO TOCANTE AO INCENTIVO ÀS EMPRESAS EXPORTADORAS, INCLUIRAM-SE OS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO E AS CARTEIRAS DE DESENVOLVIMENTO DOS BANCOS ESTADUAIS ENTRE OS AGENTES PARTICIPANTES DO PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À PRODUÇÃO PARA EXPORTAÇÃO — QUE JÁ ABRANGIA OS BANCOS COMERCIAIS E DE INVESTIMENTO —, PARA SUPRIMENTO DE RECURSOS EXCLUSIVAMENTE A PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS, ISOLADAMENTE OU SOB ASSOCIAÇÃO.

POR OUTRO LADO, O GOVERNO VEM PROCURANDO MANTER A DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO ^{SUBSIDIADO} MEDIANTE CRITÉRIOS DE PRIORIDADE SOCIAL E ECONÔMICA, DESTACANDO-SE, NA FASE MAIS RECENTE, O APOIO ÀS ATIVIDADES AGRÍCOLAS, DE EXPORTAÇÃO, DE ENERGIA SUBSTITUTIVA DO PETRÓLEO IMPORTADO E A PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS.

COMO O VOLUME DE RECURSOS É LIMITADO, A POLÍTICA DE SEGMENTAÇÃO DO CRÉDITO IMPLICA EM REDUÇÃO DA OFERTA DE CRÉDITO NO MERCADO LIVRE, O QUE PRESSIONA AS TAXAS DE JUROS. TEM SIDO, PORÉM, A ESCASSEZ QUANTITATIVA DE CRÉDITO COMPENSADA, EM BOA PARTE, PELA MAIOR CAPTAÇÃO DE RECURSOS DE ORIGEM EXTERNA.

OBSERVA-SE QUE, DO TOTAL DA OFERTA DE CRÉDITO, A PARCELA PREPONDERANTE CORRESPONDE AO SEGMENTO ONDE AS TAXAS DE JUROS SÃO FIXADAS INSTITUCIONALMENTE. COM EFEITO, AO FINAL DE 1980, O PERCENTUAL DO CRÉDITO NO SEGMENTO ONDE OS JUROS SÃO LIVREMENTE FIXADOS ERA DE 28,9% CONTRA 71,1% NO CONJUNTO EM QUE OS JUROS SÃO ADMINISTRADOS.

ISTO NÃO OBSTANTE, VEM O GOVERNO PROCURANDO DIMINUIR O DIFERENCIAL ENTRE AS TAXAS DE JUROS SUBSIDIADOS E AS DE MERCADO, COMO FORMA DE MELHORAR A EFICIÊNCIA ALOCATIVA

8.

DOS RECURSOS E CONCORRER PARA REDUZIR PRESSÕES INFLACIONÁRIAS. A DIMINUIÇÃO DOS SUBSÍDIOS É, TODAVIA, COMPENSADA POR MAIOR LIBERDADE DE PREÇOS, OFERECIMENTO DE MELHOR INFRAESTRUTURA E APOIO À MELHORIA TECNOLÓGICA.

DE OUTRA PARTE, O BANCO CENTRAL AMPLIOU O PERCENTUAL MÍNIMO, PARA 70%, DESTINADO A APLICAÇÃO, PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, A EMPRESAS PRIVADAS NACIONAIS, BUSCANDO-SE PRESERVAR O VOLUME DE RECURSOS PRIORITÁRIOS ALOCADOS A ESSAS EMPRESAS E, ASSIM, MANTER SEU PADRÃO DE COMPETITIVIDADE E ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIVADO.

EM SUA ATUAL ADMINISTRAÇÃO, O BANCO CENTRAL TEM TIDO A PREOCUPAÇÃO DE MANTER O MERCADO SAUO, ATRAVÉS DO APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE INTERVENÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES, PROCURANDO DEVOLVER AO MERCADO O CORRETO CONCEITO DE RISCO, SEJA DO PONTO-DE-VISTA DOS INVESTIDORES, SEJA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. ADOTANDO A POSTURA DE NÃO COBRIR PREJUÍZOS, MESMO DE INVESTIDORES; O BANCO CENTRAL INTERVIU, A PARTIR DE NOVEMBRO DE 1980, EM CERCA DE 26 ENTIDADES FINANCEIRAS, TOTALIZANDO 222 INTERVENÇÕES DESDE 31.12.64, DAS QUAIS 161 JÁ TIVERAM SEU PROCESSO TOTALMENTE ENCERRADO.

CONVÉM ENFATIZAR, SOB ESTE ASPECTO, SER O COMPORTAMENTO DOS INVESTIDORES FUNDAMENTAL PARA O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL, PELO QUE PRECISAM ESTAR ELES CONSCIENTES DA NECESSIDADE DE AVALIAREM CUIDADOSAMENTE O TRINÔMIO RENTABILIDADE-SEGURANÇA-LIQUIDEZ AO DECIDIREM SOBRE SEUS INVESTIMENTOS.

UMA SÉRIE DE OUTROS APERFEIÇOAMENTOS VEM SENDO ADOTADOS, SEJA DO PONTO-DE-VISTA OPERACIONAL, SEJA DO PONTO-DE-VISTA INSTITUCIONAL, SEMPRE COM O OBJETIVO DE AUMENTAR O APRIMORAMENTO E A SEGURANÇA DO MERCADO FINANCEIRO.



9.

PODERÍAMOS LEMBRAR, DENTRE OUTROS:

- A) A INSTITUIÇÃO DO SELIC - SISTEMA ESPECIAL DE LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA DE PAPÉIS, CONCOMITANTEMENTE COM A CRIAÇÃO DO SISTEMA DE BANCOS CUSTODIANTES, COM A OBRIGATORIEDADE DE PAGAMENTO COM RESERVAS BANCÁRIAS E COM A ADOÇÃO DE POLÍTICAS DE "FULL DISCLOSURE" E DE CRITÉRIOS TÉCNICOS E ÉTICOS NA SELEÇÃO DAS INSTITUIÇÕES "DEALERS", O QUE VEIO AUMENTAR CONSIDERAVELMENTE A SEGURANÇA OPERACIONAL DO MERCADO DE TÍTULOS PÚBLICOS;
- B) O APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE CHEQUES, AUMENTANDO SUA OPERACIONALIDADE, RAPIDEZ E SEGURANÇA;
- C) A REFORMULAÇÃO DA SISTEMÁTICA DE TRATAMENTO DOS CHEQUES SEM FUNDOS, ESTABELECIDO SE SEVERAS PENAS PARA SEUS EMITENTES E PROCURANDO DAR MAIOR VALORIZAÇÃO E CREDIBILIDADE AO INSTRUMENTO DO CHEQUE;
- D) A ADOÇÃO DE MAIOR RIGOR NA APROVAÇÃO DE NOMES PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.

A SITUAÇÃO MOSTRADA AO LONGO DA PRESENTE EXPOSIÇÃO DEMONSTRA QUE O ATUAL ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO DECORREU DE UM ARCABUÇO INSTITUCIONAL GERADO PELAS LEIS DE REFORMA BANCÁRIA E DO MERCADO DE CAPITAIS E PELA INSTITUIÇÃO DA CORREÇÃO MONETÁRIA, COMPLEMENTADO POR DECISÕES, REGULAMENTOS E NORMAS GOVERNAMENTAIS QUE TÊM LEVADO EM CONSIDERAÇÃO, EM SEU DEVIDO TEMPO, O ESQUEMA DE COMPARTIMENTALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES, A TENDÊNCIA AO FORTALECIMENTO DO SISTEMA E A FORMAÇÃO DE CONGLOMERADOS FINANCEIROS, AO TEMPO EM QUE TEM PROCURADO ATIVAR A COMPETIÇÃO POR FAIXAS DE MERCADO E REDIRECIONAR A EXPANSÃO FINANCEIRA NO SENTIDO DE INCREMENTO DA ASSISTÊNCIA A



10.

ÁREAS GEOGRÁFICAS, SETORES ECONÔMICOS E SEGMENTOS EMPRESARIAIS CUJO ATENDIMENTO É CONSIDERADO PRIORITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PAÍS.

DESSA FORMA, A EVOLUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL CONTINUA SOB PERMANENTE VIGILÂNCIA E ORIENTAÇÃO DO GOVERNO, PARA QUE OS SERVIÇOS PRESTADOS À COMUNIDADE SE FAÇAM EM CONSONÂNCIA COM OS OBJETIVOS MAIORES DE PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR SOCIAL.

FINALMENTE, É COM SATISFAÇÃO QUE O PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL VÊ ESSA LABORIOSA CLASSE SE REUNIR PARA DEBATER SEUS PROBLEMAS, A FIM DE PROCURAR SOLUÇÕES E ENCONTRAR SEUS CAMINHOS.

TEM O PRESIDENTE LANGONI CERTEZA QUE DESSE EVENTO OS SRS. CONGRESSISTAS SAIRÃO FORTALECIDOS E COM RUMOS DEFINIDOS PARA O SEU DESENVOLVIMENTO E ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL.



II CONGRESSO NACIONAL DE CORRETORES DE SEGUROS

CARTA DE SÃO PAULO

Os profissionais da classe, reunidos em São Paulo, em seu II CONGRESSO NACIONAL DOS CORRETORES DE SEGUROS, examinaram e debateram os diversos problemas que os afetam. Apesar de conscientes da importância de suas funções no Sistema Nacional de Seguros, reconhecem que persistem os problemas identificados pela Carta do Rio de Janeiro, os quais necessitam ser reenfaturados. Reconhecem, ainda, que por sua ação, através dos representantes da classe, junto às autoridades governamentais, estas começam a se conscientizar que os problemas que afetam a categoria resultam basicamente de distorções flagrantes no mercado de seguros, por força da intromissão de elementos estranhos ao sistema, e que estas necessitam ser, efetivamente, coibidas, pois prejudicam não só a imagem do sistema como um todo, mas, principalmente, o consumidor final, o segurado, esteio básico desse sistema.

Conscientes das grandes dificuldades econômicas e sociais por que atravessa a Nação, não pretendem os corretores de seguro adotar a forma tradicional de aguardar a atitude paternalista do governo para a solução dos seus efetivos problemas.

Por sua reconhecida importância no sistema, no entanto, exigem ser ouvidos e que sejam apreciadas, pelo governo e demais segmentos que compõem o sistema, as suas sugestões para solução desses problemas, de forma que concilie os interesses gerais do mercado como um todo.

Entendem os Corretores de Seguros que as dificuldades efetivas impostas ao seu desenvolvimento sadio e a nova ordem consequentemente implantada, em nada propiciaram o desenvolvimento esperado do mercado. Na verdade, verifica-se um evidente retrocesso na evolução do mercado, com uma redução flagrante do volume de produção de prêmios com relação ao produto interno bruto, independente das dificuldades econômicas por que passa o país. A chamada massificação e interiorização dos seguros não ocorre na escala pretendida, permanecendo, única e exclusivamente, a colocação efetiva do seguro, como um sub-produto de operação a ele efetivamente alheias. O resultado dessa nova ordem fica claro - as dificuldades impostas aos corretores profissionais independentes só determinam o real esvaziamento da prestação de serviços, com flagrante influência negativa junto ao segurado.

Reconhecem, ainda, os Corretores de Seguros e nisto são unânimes, que o futuro da classe, apesar da permanência dos problemas que a afligem, reside na sua efetiva profissionalização, na sua capacidade como prestadores de serviços técnicos, essenciais a um produto que demanda uma assistência e assessoria permanente, só possível por intermédio da ação profissional do Corretor de Seguros Independente.

Entendem, ainda, os Corretores que grande parte dos problemas que afligem a classe serão resolvidos pela criação do seu Conselho, independente das eventuais dificuldades que possam surgir de sua implantação e posicionamento no Sistema Nacional de Seguros e esperam que as autoridades, conscientes da importância que este possa representar para a classe deem uma solução justa à sua implantação.

Decididamente abertos ao diálogo, desde que sério e justo, os Corretores julgam necessário enfatizar as condições prejudiciais ao mercado, apresentadas no I CONGRESSO NACIONAL DOS CORRETORES DE SEGUROS, realizado no Rio de Janeiro.

Essas condições, apesar de ligeiros avanços ocorridos durante os três anos que nos separam da Carta do Rio de Janeiro, praticamente prevalecem a sua totalidade, a saber:



II CONGRESSO NACIONAL DE
CORRETORES DE SEGUROS

-2-

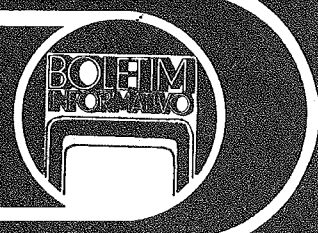
- 19) é preciso estancar o credenciamento indiscriminado de prepostos;
- 29) é preciso impedir a proliferação de Corretores cativos;
- 39) é preciso reexaminar a política de atuação dos bancos na intermediação dos seguros;
- 49) é preciso rever a legislação que impede o trabalho profissional do corretor nos seguros dos órgãos do poder público, federal e estadual;
- 59) é preciso cancelar os registros concedidos a corretoras de seguros ligados, direta ou indiretamente, ao poder público por ser inadmissível a sua existência e atuação no contexto atual da economia brasileira.
- 69) é preciso contar com o apoio da Fundação Escola Nacional de Seguros na profissionalização dos Corretores.

Coerentes com o exposto nesta Carta, os Corretores de Seguros, por intermédio do Sindicato de São Paulo e com o apoio decidido da FENACOR, elaboraram extenso e profundo e sério estudo do mercado de seguros. Com base nesse estudo, os representantes da classe apresentarão às autoridades competentes, as medidas que julgam viáveis a sanar as condições adversas que afligem a classe, de modo a que possam ser devidamente analisadas e, em seguida, debatidas no Grupo de Trabalho a ser constituído no Banco Central, por indicação do Ministério da Fazenda, com a participação de todos os segmentos que hoje compõem e tenham interesse no Sistema Nacional de Seguros.

Dessa análise e debate, entende a classe dos Corretores de Seguros que, a curto prazo, deverá ser atingida uma definição clara de atuação geral do mercado, respeitados necessariamente os legítimos interesses de todos os seus componentes, inclusive o da sofrida classe dos Corretores.

Por fim, reafirmam os Corretores de Seguros que, em qualquer hipótese de solução a ser atingida nos entendimentos com o governo e demais componentes do Sistema, defenderão, sobretudo, o segurado, o componente mais esquecido nas controversias existentes, mas contudo a razão de ser do Sistema Nacional de Seguros.

PLMJ/amfm.
15-10-81



SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA	Walmiro Ney Cova Martins	—	Presidente
	Pedro Pereira de Freitas	—	Vice-Presidente
	Nelson Roncaratti	—	1.º Secretário
	Octávio Cesar do Nascimento	—	2.º Secretário
	Jayme Brasil Garfinkel	—	1.º Tesoureiro
	Waldemar Lopes Martinez	—	2.º Tesoureiro

SUPLENTES	Alberico Ravedutti Bulcão
	Gilson Cortines de Freitas
	Rubens dos Santos Dias
	Sérgio Túbero
	Ryuia Toita
	Sérgio Carlos Faggion

CONSELHO FISCAL	P. W. B. Giuliano
	Giovanni Meneghini
	Mamoru Yamamura

SUPLENTES	Luiz José Carneiro de Mendonça
	João Gilberto Posslede
	Moysés Leme

DELEGADOS REPRESENTANTES	Walmiro Ney Cova Martins
	Pedro Pereira de Freitas

SUPLENTES	Nelson Roncaratti
	Octávio Cesar Nascimento

SECRETÁRIO EXECUTIVO	Roberto Luz
-----------------------------	-------------

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE SEGUROS	Conselho Técnico de Seguros - Comissões Técnicas - Acidentes Pessoais e DPVAT - Agrícola - Assuntos Contábeis e Fiscais - Assuntos Jurídicos - Automóveis e Responsabilidade Civil - Incêndio e Lucros Cessantes - Responsabilidade Civil Geral - Riscos Diversos - Riscos de Engenharia - Roubo, Vidros e Aeronáuticos - Transportes e Cascos - Vida e Previdência Privada.
--	--

AV. SÃO JOÃO, 313 - 7.º ANDAR - FONES 223-7036 - 222-6878 - 223-7041 - 223-4649 - END. TELEGR. "SEGECAP" SÃO PAULO - CGC 60.495.231

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO

DIRETORIA	Clinio Silva	—	Presidente
	Walmiro Ney Cova Martins	—	1.º Vice-Presidente
	Alberto Oswaldo Continentino de Araujo	—	2.º Vice-Presidente
	Hamilcar Pizzatto	—	1.º Secretário
	Ruy Bernardes de Lemos Braga	—	2.º Secretário
	José Maria Souza Teixeira Costa	—	1.º Tesoureiro
	Délio Ben-Sussan Dias	—	2.º Tesoureiro

SUPLENTES	Victor Arthur Renault
	Nilo Pedreira Filho
	Antonio Ferreira dos Santos
	Mário José Gonzaga Petrelli
	Geraldo de Souza Freitas
	Antonio Paulo Noronha
	Eduardo Ramos Burlamaqui de Mello